



**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 247/11**

Súmula: Inclui no Calendário Oficial do Estado o "Dia da Revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná", a ser comemorando anualmente no dia 09 de outubro.

Art. 1º Fica Incluído no Calendário Oficial do Estado o "Dia da Revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná", a ser comemorando anualmente no dia 09 de outubro.

Art.2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07 de junho de 2011.

  
**ALEXANDRE CURI**  
Deputado Estadual

  
**RELATOR**  
Toni Wko



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 282/11

**SÚMULA:** Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto Águas Claras.

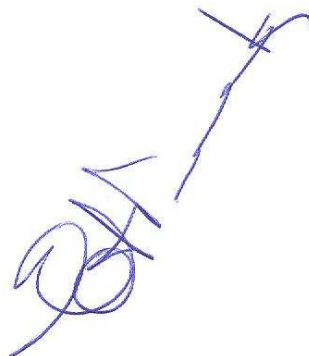
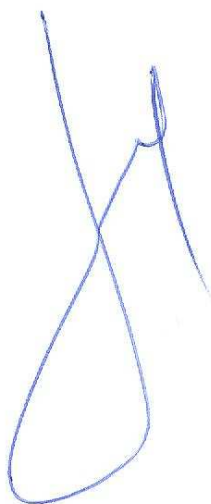
Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto Águas Claras, com sede e foro no Município de Goioerê.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01 de junho de 2011.

  
**ALEXANDRE CURI**  
Deputado Estadual

  
**RELATOR**







**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 301/11**

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Comercial e Empresarial de Paçandu.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comercial e Empresarial de Paçandu, com sede e foro no Município de Paçandu.

Art.2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Comissões, em 01 de junho de 2011.

**ALEXANDRE CURI**  
Deputado Estadual

**RELATOR**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Gabinete do Deputado Estadual  
**REINHOLD STEPHANES JUNIOR**

PROJETO DE LEI Nº 192/11



Súmula: concede o título de  
Cidadão Honorário do Estado  
do Paraná ao senhor João  
Luiz Fiani.

**Art. 1º** Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor **JOÃO LUIZ FIANI**.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16 de março de 2011.

  
**REINHOLD STEPHANES JÚNIOR**  
Deputado Estadual







# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

## JUSTIFICATIVA

**João Luiz Fiani**, Nasceu em 08 de setembro de 1963, em Palmeira - PR, tem um filho, Luiz Alexandre Fiani, é formado pelo CPT, Curso Permanente de Teatro do Teatro Guaíra, e próspero empresário no ramo do Teatro.

Hoje, **João Luiz Fiani**, é um dos nomes e rosto ligados à arte e, principalmente ao teatro mais conhecido pelos curitibanos, está sempre em cartaz no teatro, seja como ator, produtor ou diretor, ou ainda em algum comercial da televisão, e rádio.

Diz que não sai de Curitiba para atuar em outras áreas por gostar do teatro e não ter paciência em esperar para trabalhar, "já que em outros campos de atuação, como TV e cinema, é tudo muito demorado". Fica satisfeito em ter seu próprio espaço cultural, com uma maior proximidade e interação com o público. "Como eu faço o que gosto, acabo sendo mais feliz e tenho mais resultados com meu trabalho, pois corro atrás e faço tudo com determinação", revela Fiani.

## Biografia

Em 1979 **João Luiz Fiani** subiu num palco de teatro pela primeira vez. Foi no auditório do COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ com o espetáculo O JOGO DA INDEPENDÊNCIA dirigido por Zélia Hurmann. De lá pra cá ele não parou mais de trabalhar. Tem um histórico destacado na história do teatro local, tendo sido formado pelo CURSO PERMANENTE DE TEATRO do Teatro Guaíra. São muitos anos de ininterrupta atividade, tendo trabalhado com grandes nomes ligados ao teatro brasileiro como Antônio Carlos Kraide, Oraci Gemba, Néson Di Córdova, Eddy Franciosi, Ivone Hoffmann, Lala Schneider, Fernando Rodrigues de Souza, Armando Maranhão e Ademar Guerra, atuando em mais de 50 espetáculos e escrevendo e dirigindo centenas de trabalhos de sucesso de crítica e público entre produções profissionais, amadoras, próprias e para outras companhias.

No teatro seus mais importantes trabalhos como ator são: "Zumbi", "Colônia Cecília", "Mistérios de Curitiba", "O Carrasco Do Sol", "O Mágico de Oz", "O Vampiro e a Polaquinha", "O Inimigo do Povo", "Gritaria nos Muros da Cidade", "Nem Freud Explica", "Don Juan de Molière", entre outros.

Como diretor e autor **Fiani** foi responsável pelo maior fenômeno do teatro paranaense e um das peças mais tempo em cartaz no Brasil: A CASA DO TERROR.

Em sua carreira **FIANI** destaca-se também como empreendedor, tendo construído o primeiro teatro independente do Estado do Paraná. Em 1994, era inaugurado o TEATRO LALA SCHNEIDER, o qual ostenta o nome de um dos mais destacados talentos de nossa terra e que com muita luta é mantido até hoje. Em 2004, **Fiani** inaugura seu segundo teatro, em homenagem a um dos mais importantes atores do Paraná, a CASA DE TEATRO EDSON D'AVILA.

É proprietário da CIA MÁSCARAS DE TEATRO, da METÁPHORA CIA DE TEATRO e dos COMEDIANTEs, responsáveis por intensa produção teatral. A sua escola de teatro, o NÚCLEO DE PROFISSIONALIZAÇÃO TEATRAL, é uma das mais importantes do Paraná, com uma grande infra-estrutura, responsável pela formação de grande número de profissionais das artes cênicas do Paraná. O NPT, como é conhecido, já revelou dezenas de profissionais das artes cênicas do Paraná, entre eles destacamos: Marjorie Estiano, Francieli Freduzeski, Renato Scarpin, Marcyo Luz, Jader Alves, Sônia Bacila, Joel Vieira, Marco Zeni, Karla Fragoso, Fabíula Nascimento, Juscelino Zílio, Adriana Sottomaior, Anna Rafaela D'Oliveira, Rubens Siena, Mônia Sartor, Andréa Peruzzo, entre outros.





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*

Por duas vezes participou da Mostra Oficial do Festival de Teatro de Curitiba. Em 2001 com "CEM ANOS", adaptação da obra de Gabriel Garcia Marques. Em 2007 encenou "COLONIA CECÍLIA" de Renata Pallotini no Teatro Guaíra com um elenco de 32 atores - essa considerada uma das melhores montagens teatrais em cartaz no Brasil pela crítica especializada.

**Fiani** é responsável pela adaptação para o palco de dois dos principais autores paranaenses: DALTON TREVISAN e PAULO LEMINSKI. Premiado com o PROJETO PRÓ-CENA da Prefeitura de Curitiba em 1995, levou ao palco do Teatro Novelas Curitibanas a adaptação do romance de Leminski "AGORA É QUE SÃO ELAS", obtendo grande sucesso de crítica e público. Recentemente adaptou para o teatro contos de Dalton Trevisan em "O VAMPIRO CONTRA CURITIBA".

Na área da comunicação trabalhou em diversos canais de TV e rádios do Brasil.

Na TV Globo teve participações em: "Roda de Fogo", "Meu Bem Meu Mal", "Lua Cheia de Amor", "Chico Anysio Show", "A Grande Família". Na extinta Rede Manchete fez parte do elenco do humorístico "Domingo é Dia de Graça" com Costinha. Fez ainda na mesma emissora participação na novela "Mania de Querer" e no programa infantil "Lumpulimpimclapatopo", com Lucinha Lins e Cláudio Tovar.

**Fiani** tem trabalhos em todas as emissoras de TV do Paraná, apresentando TELEJORNAIS e PROGRAMAS DE VARIEDADES. Na CNT fez parte do seriado PISTA DUPLA, uma iniciativa pioneira na TV do Paraná.

No ano de 2007 passou a integrar a equipe da REVISTA RPC, com participação em vários episódios como roteirista, produtor e ator.

No Rio de Janeiro trabalhou no SISTEMA JORNAL DO BRASIL, sendo locutor das Rádios JB FM, FM 105 e CIDADE FM. Em Curitiba foi locutor da STUDIO 96, CIDADE AM, GLOBO AM, Intercontinental FM e locutor fundador da Rádio 98 FM, entre outras.

Em 2007 assinou contrato com as rádios CLASSIC de Maringá e JOVEM PAN FM de Curitiba onde apresenta dicas de cultura e entretenimento.

No cinema participou de longas e curtas premiados nacionalmente, destacam-se: "O MUNDO PERDIDO DO KOZAK" de Fernando Severo, "AGORA É QUE SÃO ELAS" de Beto Carminatti, "BALADA DO VAMPIRO" de Beto Carminatti e Estevan Silveira, entre outros.

Em 1997 ganhou o prêmio "POTY LAZZAROTTO / CAFÉ DO TEATRO" pelo seu texto "QUEM MATOU AGATHA CHRISTIE". Foi vencedor do Troféu Gralha Azul Prêmio Governador do Estado do Paraná como Melhor Diretor 1999.

Recebeu o PRÊMIO CIDADE DE CURITIBA em 2000 pelo seu trabalho pelo teatro do Paraná. Em 2005.

Recebeu o PRÊMIO CULTURA E DIVULGAÇÃO da Câmara Municipal de Curitiba. Em 2007 recebeu o prêmio de MELHOR ATOR do III FESTIVAL LATINO AMERICANO DE CURTAS do CEARÁ pela sua atuação em BALADA DO VAMPIRO.

Entre 2002 e 2006 foi presidente do SEPED-PR Sindicato dos Produtores e Empresários em Espetáculos de Diversão do Paraná, com diversas conquistas para a classe teatral. Na sua gestão foi reformulada a LEI DE INCENTIVO A CULTURA em parceria com a Fundação Cultural de Curitiba e foi elaborada em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, a Lei Estadual de Fomento ao Teatro do Paraná, entre outras conquistas!





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

## *Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 192/11**

**Projeto de Lei nº 192/11**

**Autor: Deputado Estadual Stephanes Junior**

#### **PREFÁCIO**

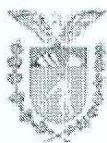
O presente projeto de Lei concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor João Luiz Fiani.

#### **EMBASAMENTO JURÍDICO**

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 04/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

**Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:**

- I – contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;**
- II – ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;**
- III – biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;**
- IV- notório conhecimento e saber na área de atuação;**
- V – publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.**



# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

## *Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

**Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.**

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.

No que tange aos requisitos destinados a comprovação da reputação ilibada e conduta profissional e pessoal irrepreensíveis, autor do presente projeto juntou a Certidão de Antecedentes Criminais, verificando-se assim que João Fiani não possui antecedentes criminais, preenchendo os requisitos para a concessão do Título de Cidadão Honorário.

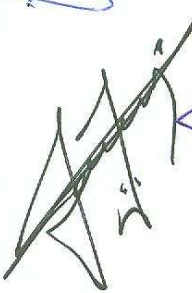
### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, entende-se pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 09 de maio de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTOS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO EVANDRO JUNIOR**  
**RELATOR**

  
*Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



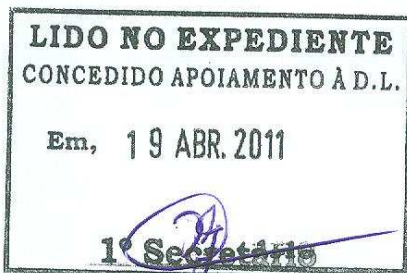


# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



**REINHOLD STEPHANES JUNIOR**  
Deputado Estadual



**PROJETO DE LEI Nº 340/11**

**SÚMULA:** Revoga a Lei nº 16.645, de 06/12/2010, voltando a vigorar a Lei nº 13.758 de 13/09/2002.

**Art. 1º** Fica revogada a Lei nº 16.645, de 13 de dezembro de 2010, que acresce e altera dispositivos da Lei nº 13.758/2002, publicada no Diário Oficial nº 8.357, de 6 de dezembro de 2010,

**Art. 2º** A Lei nº 13.758 de 13 de setembro de 2002, volta a vigorar na sua íntegra, a partir da publicação desta lei.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 2011.

  
**STEPHANES JUNIOR**  
Deputado Estadual



## JUSTIFICATIVA

Pela relevância da matéria, efetivamente, no que tange à política socioeconômica, ao permitirmos que a Lei nº 16.645/10, venha efetivar-se poderá ocasionar um grande número de demissões e fechamento de empresas, tanto no ramo de fogos quanto nas indústrias de papel.

A Lei nº 16.645 de 06/12/2010, tinha por objetivo aumentar a segurança da população, restringindo a venda de fogos de artifícios apenas à pessoas jurídicas, no entanto ao cumprir essa lei a secretaria de segurança pública estará criando um mercado informal ainda mais forte do que o já existente.

A lei em questão fechará em definitivo todos os comércios especializados e legalizados de fogos no estado do Paraná, restando para aqueles, que não tenham outra opção, o comércio informal, ou seja, ilegal, aumentando o risco de acidentes a população. A referida Lei cria um paradoxo ao estabelecer que as empresas jurídicas que desejarem comprar fogos para shows pirotécnicos sejam licenciadas pela SESP, que não pode concedê-las pois não existe Lei, Decreto ou Regulamentação no Estado que estabeleça parâmetros para licença de compra de shows pirotécnicos.

A Lei nº 13.758/2002 em vigor até então estabelece a concessão de licença para comércio de Fogos de Artifício, alvará esse que só é facultado a empresas que sigam a rigor os preceitos estabelecidos pelo Decreto Federal Nº 3.665.

Nenhuma empresa ou órgão público terá interesse em se adequar aos requisitos para solicitar essa licença, extinguindo assim definitivamente em todo o estado do Paraná a realização de shows pirotécnicos de maneira legal e licenciada.

A lei 16.645/2010 entra também em conflito com o Decreto Federal nº 3.665 de 20/11/2000, ao alterar a classificação das Classes C e D, que são no Decreto estabelecidas como de venda permitida e uso restrito, para maiores de 18 anos; e de uso profissional por técnico habilitado respectivamente.





Entra em conflito também ao determinar que o Exército Brasileiro, um órgão Federal, se responsabilize por licenciar a execução de shows pirotécnicos, função esta que não cabe ao exército, **fato inclusive relatado pelo Major Sezerino** na audiência pública (29/04/2010) pedindo para tirar essa exigência que tratou do então projeto de Lei Nº 731/2009.

A segurança da população é sim um fator fundamental, mas ao proibir totalmente o uso de produtos e os shows pirotécnicos (pois é impossível se adequar a tais exigências), um produto amplamente utilizado, inclusive por órgãos públicos (réveillons, aniversários municipais, padroeiras e etc.) cria-se como única alternativa a utilização ilegal e marginalizada, pois sem a fiscalização, baseada em critérios razoáveis, não será mais possível determinar a procedência dos produtos nem seu armazenamento apropriado, ambas condições primordiais para evitar mazelas a população.

No Estado do Paraná, estimasse que hoje apenas 20% das lojas de fogos sejam legalizadas, o que é preocupante pois já existe em vigor a Lei nº 13.758/2002, que é exemplo de bom senso e preservação dos direitos tanto da segurança da população quanto dos direitos do comércio, a ilegalidade no setor só existe pela falta de fiscalização. Se o que falta é fiscalização, tornar os comerciantes legais em ilegais não vai fazer com que o número de acidentes diminua. Com base no supra exposto, solicitamos a revogação da Lei nº 1.645/2010, com tempestiva urgência.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Projeto de Lei nº 340/11**

**Autor: Deputado Stephanes Junior**

**Súmula: Revoga a Lei nº 16.645, de 06/12/2010, voltando a vigor a Lei nº 13.758 de 13/09/2002.**

**EMENTA: REVOGAÇÃO DA LEI  
ESTADUAL Nº 16645/2010 QUE  
MODIFICOU A LEI 13.758/2002 QUE  
DISPÕE SOBRE A FABRICAÇÃO E  
COMERCIALIZAÇÃO DE FOGOS DE  
ARTIFÍCIO. POSSIBILIDADE.  
DECRETO-LEI FEDERAL Nº 4238/1942.  
LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE.  
ANÁLISE PRÉVIA FAVORÁVEL.  
EMENDA CORRETIVA ANEXA.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Stephanes Junior, tem como finalidade revogar a Lei nº 16.645/2010, sob a justificativa de que a vigência da mesma poderá ocasionar um grande número de demissões e fechamento de empresas, tanto no ramo de fogos, quanto nas indústrias de papel, posto que tal ordenamento restringe a venda de fogos de artifícios, classificados "C" e "D", apenas às pessoas jurídicas, associações, clubes, condomínios e entidades munidas de autorização expedida pela autoridade competente.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

De acordo com a determinação do Regimento Interno desta Casa de Leis, cumpre ressaltar a competência do nobre deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Neste sentido, é a previsão da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Por conseguinte, cumpre abordar a previsão da CONSTITUIÇÃO FEDERAL, artigo 24, incisos V e VII, que dispõe sobre a competência da União, Estados e Municípios para legislarem concorrentemente no que diz respeito ao consumo e à responsabilidade por dano ao consumidor, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V – produção e consumo;

(...)

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (grifo nosso)





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Da mesma forma, a previsão da CONSTITUIÇÃO  
ESTADUAL determina:

**Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:**

(...)

**V - produção e consumo;**

(...)

**VII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;**

(...) (grifo nosso)

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que a Lei n° 13.758/2002 teve sua iniciativa pelo membro da Assembleia Legislativa. Sendo assim, perfeitamente admissível o presente projeto visando a revogação da Lei n° 16.645/2010 que, da mesma forma, teve iniciativa pelo parlamentar legislativo.

A Lei, objeto da revogação dispõe, especialmente, sobre a restrição da venda de fogos de artifícios, classificados como "C" e "D", às pessoas físicas, indicando as pessoas que podem adquirir tal produto, bem como, sobre a queima desses produtos que só poderá ser promovida por empresas registradas no exército Brasileiro, com Certificado de Registro (CR) para atividade pirotécnica.

Diante disso, cumpre salientar que, neste aspecto, a matéria se encontra disciplinada pelo Decreto-Lei n° 4238/1942 :





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Art. 6º Os fogos incluídos na classe C não podem ser vendidos a menores de 18 anos e sua queima depende de licença da autoridade competente, com hora e local previamente designados, nos seguintes casos:

- a) para festa pública, seja qual for o local;
- b) dentro do perímetro urbano, seja qual for o objetivo. (grifo nosso)

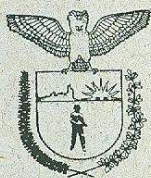
Art. 7º Os fogos incluídos na classe D não podem ser vendidos a menores de 18 anos e, em qualquer hipótese, só podem ser queimados com licença prévia autoridade competente. (grifo nosso)

Assim, observa-se que existe ordenamento federal em vigência, possibilitando a revogação da lei em questão.

Diante disso, evidencia-se a legalidade da revogação pretendida, posto que a matéria prevalece disciplinada em Lei Federal e, no tocante a outros aspectos, pela Lei Estadual que volta a vigir integralmente.

Por fim, quanto à técnica legislativa utilizada, observa-se que o presente projeto de lei **não** está em plena conformidade com os ditames legais estabelecidos pela Lei Complementar nº 95 de 1998, por isso sugerimos a **EMENDA CORRETIVA EM ANEXO**.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

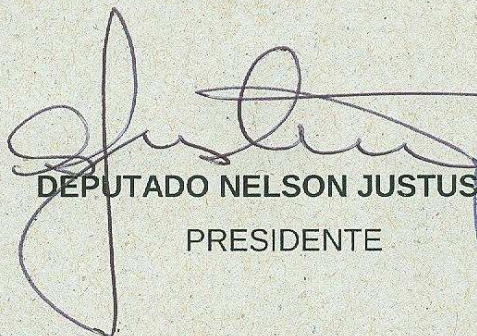
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

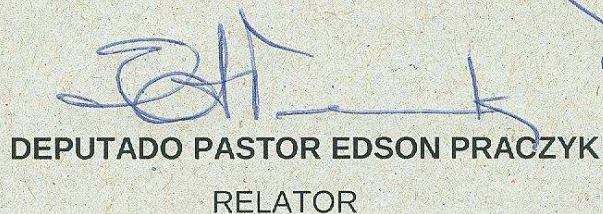
## CONCLUSÃO

Diante do exposto, e considerando parecer técnico da Secretaria de Estado de Segurança Pública (em anexo), opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE**, nos termos da **EMENDA CORRETIVA EM ANEXO**.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE



DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK  
RELATOR





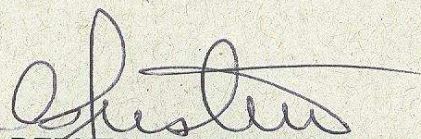
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*


**EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 340/2011**

De acordo com o que determina o Artigo 137, parágrafo 7º, inciso III, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, propõe-se a seguinte Emenda Corretiva ao Projeto de Lei nº 340/11:

**Art. 1º.** O artigo 2º em duplicidade do Projeto de Lei nº 340/11, que versa sobre a data da entrada em vigor da lei, fica renumerado como **artigo 3º**.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK**  
**RELATOR**







# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

**REINHOLD STEPHANES JUNIOR**

**Deputado Estadual**

**APROVADO**

À Diretoria Legislativa.

Em, 25 ABR. 2011

*Ruy*  
1º Secretário

## REQUERIMENTO

**SÚMULA:** Requer medida de Urgência no Projeto de Lei nº 340/2011, na forma regimental.

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no, CAPÍTULO V – Artigos 181 e Itens I e II do Artigo 182 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário **PEDIDO DE URGÊNCIA** no Projeto de Lei nº 340/2011.

Sala das Sessões em 25 de abril de 2011.

*Reinhold Stephanes Junior*  
**REINHOLD STEPHANES JUNIOR**  
**Deputado Estadual**





# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

## COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 340/2011

#### APRESENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Nobre Deputado Stephanes Junior, objetiva revogar a Lei nº 16.645, de 06/12/2010, voltando a vigor a Lei nº 13.758 de 13/09/2002.

#### FUNDAMENTAÇÃO

Sobre a matéria, podemos constatar a existência de pronunciamento favorável com emenda corretiva da Douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos constitucionais, jurídicos e Legais, também obteve posicionamento favorável da Secretaria de Segurança Pública, onde foi objeto de análise.

Esta Comissão chamada a se manifestar em relação ao projeto, através desta relatoria e de acordo com o que preceitua Art. 33, §9º, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, que compete manifestar em questões como as referentes á ordem e a Segurança Pública. Verifica-se ainda, por esta comissão, que não há nenhum óbice quanto sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.


É mister destacar que a implementação do presente projeto, com a revogação da supracitada lei, não gerará impacto financeiro ao erário. Não ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

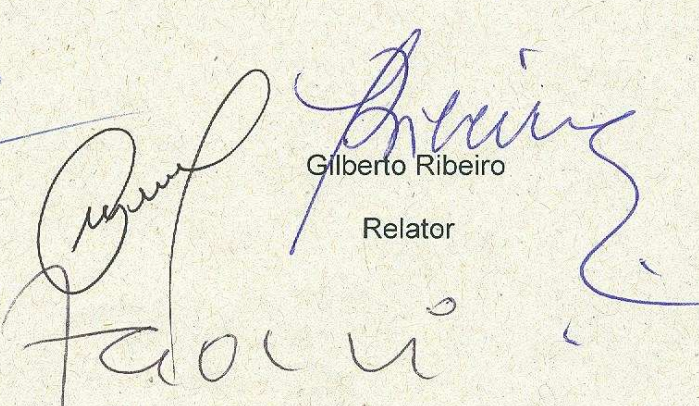
#### CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, opinamos FAVORAVELMENTE ao projeto de Lei, bem como seu envio ao Douto Plenário desta Casa, para devida decisão Final.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 26 de Maio de 2011.

  
Mauro Moraes  
Presidente da Comissão

  
Gilberto Ribeiro  
Relator





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 340/11**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Junior, tem por objetivo revogar a Lei nº 16645/10, voltando a vigorar a Lei nº 13758/02, que trata sobre a venda de fogos de artifício.

**DA TRAMITAÇÃO**

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Segurança Pública, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito. Anexo encontra-se requerimento solicitando regime de urgência à matéria, aprovado em Sessão Plenária do dia 25 de abril.

**DO MÉRITO**

A Lei nº 16645/10 tinha por objetivo aumentar a segurança da população, restringindo a venda de fogos de artifício apenas às pessoas jurídicas. O nobre autor entende que, ao cumprir essa Lei, a Secretaria de Segurança Pública estará criando um mercado informal ainda mais forte do que o já existente, acarretando em fechamento definitivo de todos os comércios especializados e legalizados no Estado do Paraná.



## DA CONCLUSÃO

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria relevante e por **não haver óbice**, exaramos parecer pela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 06 de junho de 2011.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO

PRESIDENTE



DEPUTADO JONAS GUIMARÃES

RELATOR







PROJETO DE LEI Nº 372/11

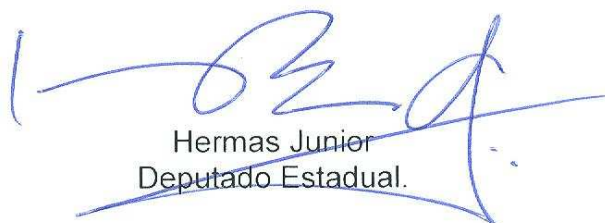
**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.  
Em, 03 MAIO 2011  
**1º Secretário**

**SÚMULA: DECLARA-SE A UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL DA ASEEB (ASSOCIAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL E EDUCACIONAL EBENÉZER), COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL.**

Art. 1º - Fica declarada a utilidade pública estadual da Associação de Ação Social e Educacional Ebenézer – ASEEB, com sede e foro na Rua Sinhá Mossurunga, nº 67, centro, no município de Piraí do Sul/PR.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salas das Sessões, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

  
Hermas Junior  
Deputado Estadual.

15:00 03/05/2011 002515 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





### JUSTIFICATIVA

A propositura em tela tem como objetivo declarar a utilidade pública estadual da Associação de Ação Social e Educacional Ebenézer – ASEEB, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 09.239.876/0001-60, com sede na Rua Sinhá Mossurunga, nº 67, centro, no município de Piraí do Sul, Estado do Paraná, que tem por finalidade a assistência social e educacional, assim como resgatar vidas carentes de estabilidade emocional e moral, dependentes de drogas e congêneres buscando sua readaptação ao convívio social.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Salas das Sessões, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

Hermas Junior  
Deputado Estadual.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 372/2011**

**Projeto de Lei nº. 372/2011**

**Autor: Deputado Estadual Hermas Junior**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública Estadual a **ASEEB (ASSOCIAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL E EDUCACIONAL EBENÉZER)**, com sede e foro no Município de Piraí do Sul.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA**  
**– LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS**  
**PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Hermas Junior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASEEB (ASSOCIAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL E EDUCACIONAL EBENÉZER)**, com sede e foro no Município de Piraí do Sul.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DUÍLIO GENARI**  
**RELATOR**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 383/11



Declara de Utilidade Pública a  
Sociedade Beneficente Nova  
Esperança, do Município de  
Londrina-PR.

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública a “Sociedade Beneficente Nova Esperança”, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

**Art. 2º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de maio de 2011.

  
**RASCA RODRIGUES**  
Deputado Estadual - PV





# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*



## **JUSTIFICATIVA:**

O referido Projeto de Lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Nova Esperança, com sede e foro no Município de Londrina-PR, entidade sem fins lucrativos, de caráter educacional, que tem por finalidade principal a realização de uma ação educativa que privilegie o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 (zero a cinco) anos que pertençam a famílias de baixa renda.

A aprovação do presente projeto permitirá à entidade requerer recursos oriundos dos poderes públicos, o que facilitará a execução de seus objetivos e para tanto, pedimos o apoio dos nobres pares desta Casa.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 383/2011**

**Projeto de Lei nº. 383/2011**

**Autor: Deputado Estadual Rasca Rodrigues**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a  
**SOCIEDADE BENEFICENTE NOVA**  
**ESPERANÇA**, do Município de Londrina – PR.,  
com sede e foro na Cidade de Londrina.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA**  
**– LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS**  
**PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA**  
**FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Rasca Rodrigues, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Beneficente Nova Esperança, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

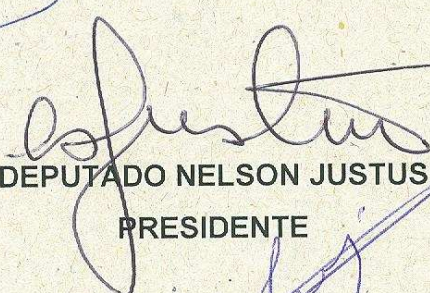
Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

No entanto, tendo em vista que o nome correto da Sociedade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual é "**SOCIEDADE BENEFICENTE NOVA ESPERANÇA (ESPAÇO CRIANÇA)**", consoante o respectivo Estatuto Social, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com a finalidade de adequar o nome da mesma constante na Súmula e no artigo 1º, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** na forma da **Emenda Modificativa** em anexo.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DUILIO GENARI**  
**RELATOR**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

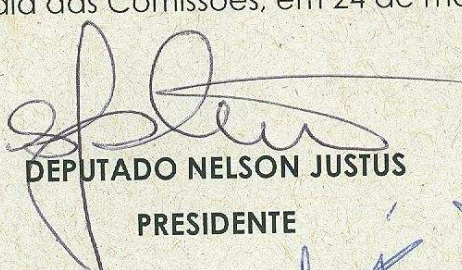
**EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 383/11**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:



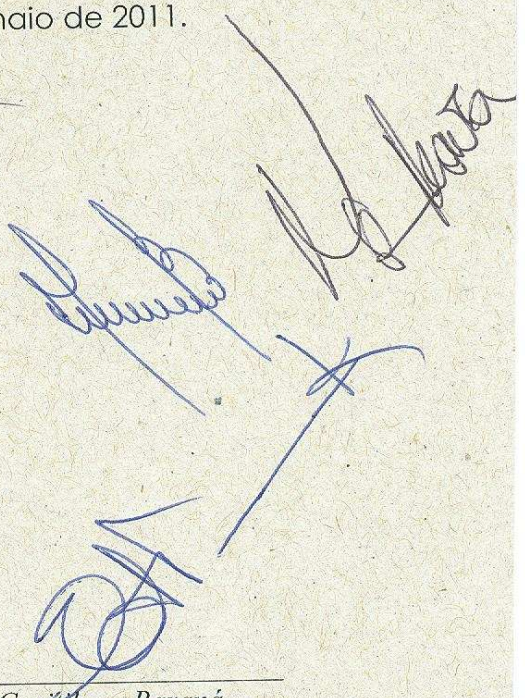
"Súmula: Declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE BENEFICENTE **NOSSA ESPERANÇA (ESPAÇO CRIANÇA)**, do Município de Londrina – PR., com sede e foro na Cidade de Londrina".

"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE BENEFICENTE **NOSSA ESPERANÇA (ESPAÇO CRIANÇA)**, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná".

Sala das Comissões, em 24 de maio de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DUILIO GENARI**  
**RELATOR**

  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná